

AS RELAÇÕES ENTRE SANTA SÉ E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA DURANTE O PONTIFICADO DE JOÃO PAULO II

Relations Between the Holy See and the People's
Republic of China During the Pontificate of John Paul II

Anna Carletti¹

1.Introdução

No dia 1 de maio de 2011, a beatificação do papa João Paulo II reuniu na Praça São Pedro, símbolo internacional da cristandade, milhares de pessoas vindas do mundo inteiro. Contudo, a decisão da Santa Sé de reconhecer oficialmente a santidade desse papa encontrou perplexidade dentro e fora do mundo católico. Se, de um lado é inegável que o papa polonês conseguiu - nos seus 26 anos de pontificado - dar maior visibilidade à Igreja Católica, de outro, certas atitudes e posturas políticas de João Paulo II em relação a algumas partes do mundo, como a América Latina e a Ásia ainda são fontes de discussão e reflexão.

A atuação de um papa é reflexo também de sua formação, de suas raízes culturais e de suas experiências políticas. De maneira específica, em relação à China, as decisões tomadas por João Paulo II revelam a influência de uma vida transcorrida sob a égide do Partido Comunista. O passado de Karol Woytjła foi, portanto, determinante nas suas relações com o governo comunista chinês, que conhecendo a grande influência política exercida por ele no Leste Europeu, considerou com desconfiança as ofertas de amizade da Santa Sé. É por essa razão que também as numerosas tentativas de João Paulo II de visitar o gigante asiático caíram no vazio.

Objetivo desse artigo é examinar as principais etapas do pontificado de João Paulo II em relação à República Popular da China, procurando evidenciar as

¹ Professora e Coordenadora do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa. annacarlettib@hotmail.com

circunstâncias históricas e políticas que não permitiram a aproximação entre a Santa Sé e a Igreja Católica esperada por João Paulo II.

2. João Paulo II e a China

Desde o início do seu pontificado, o papa João Paulo II reservou à China uma especial atenção, aproveitando de toda ocasião propícia para enviar apelos de diálogo ao governo chinês e mensagens de encorajamento e de afeto ao povo chinês. Alguns estudiosos calcularam que, durante todo o seu pontificado, João Paulo II dirigiu-se à China 60 vezes, entre discursos oficiais, mensagens e saudações (CRIVELLER, 2005).

Um dos primeiros discursos relacionado à China remonta a um ano depois da sua eleição, em 1979, quando João Paulo II expressou o desejo de trabalhar para uma aproximação e para um futuro encontro entre os católicos do mundo todo e a comunidade chinesa.

Em 1981, o papa João Paulo II viajou pela primeira vez ao Extremo Oriente. No dia 18 de fevereiro de 1981, encontrou em Manila uma delegação de católicos chineses que viviam fora da China. Entre os ouvintes estavam também alguns representantes da Associação Patriótica Católica Chinesa (APCC).

O discurso que João Paulo II dirigiu aos chineses era o resultado da sua reflexão sobre os últimos acontecimentos das relações entre o Vaticano e a China.

O ano de 1980 havia sido marcado, nesse sentido, por eventos importantes, como a primeira visita de dois altos prelados da Igreja Católica na China: o Cardeal Roger Etchegaray, de Marselha e o Cardeal Franz König, de Viena que, de volta a Roma, relataram ao papa que perceberam certa mudança na atitude do governo chinês (CRIVELLER, 2005). O papa viu confirmada tal mudança por outros dois acontecimentos: a liberação, no mesmo ano, do bispo de Cantão, Deng Yimin e uma declaração do bispo de Pequim, Mons. Fu Tieshan à Agência ANSA que o entrevistara a respeito da situação da Igreja Católica na China. Mons. Fu, depois de reconhecer a complexidade das relações com o Vaticano, afirmou que naquele momento cabia ao Vaticano fazer propostas concretas que ajudassem a superar o impasse. Estes elementos positivos levaram o papa João Paulo II a pronunciar palavras significativas à toda a

China, propondo deixar os fatos do passado ao passado para construir junto um novo futuro:

Com as minhas humildes palavras, desejo também expressar a minha estima para o vosso grande país. O vosso país é de fato grande não somente em termos de extensão geográfica e de população, mas de especial modo por causa da sua história, da riqueza da sua cultura, e dos valores morais que seu povo cultivou por séculos. O jesuíta padre Matteo Ricci compreendeu e apreciou plenamente a cultura chinesa desde os inícios, e o seu exemplo deveria servir de inspiração para muitos. Outros, às vezes, não mostraram a mesma compreensão. Mas quais que foram as dificuldades, elas pertencem ao passado, e agora é ao futuro que devemos olhar (T.d.A)².

E falando da própria Igreja Católica ele sublinhou que ela não possuía metas políticas ou econômicas, e por isso ele podia pedir, sem constrangimentos, que os católicos chineses pudessem fruir da liberdade de expressar a sua fé por completo.

Logo em seguida, o papa João Paulo II acenou aos anos obscuros da Revolução Cultural, e às escolhas que muitos tiveram que fazer baseando-se somente na própria consciência. Provavelmente estas palavras eram dirigidas àqueles que haviam aderido à Igreja Patriótica pensando ser este o mal menor para o futuro da Igreja Católica. O papa garantia a eles, como a todos os membros da Igreja Católica não oficial, a compreensão da Igreja, tentando, desta forma, manter o diálogo aberto em todos os níveis: com o governo chinês, com a Igreja Patriótica, e com a Igreja Clandestina.

Logo após ter pronunciado o discurso de Manila, o papa João Paulo II enviou para Hong Kong o seu colaborador e companheiro de viagem, o Secretario de Estado Cardeal Agostino Casaroli, especialista nas relações com os governos comunistas, para recolher as reações chinesas à sua oferta de diálogo e aproximação. Na viagem de volta o papa recusou o convite de visitar Taiwan para respeitar as regras diplomáticas que visavam a evitar qualquer ato que pudesse ofender o governo chinês.

A visita do Cardeal Casaroli, Secretário de Estado do Vaticano, fora, sem dúvida, um evento particular que levou muitos a pensar que as controvérsias entre o Vaticano e

² JOÃO PAULO II. *Discorso alle comunità cattoliche cinesi in Asia, 18 febbraio 1981*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1981/february/documents/hf_jp-ii_spe_19810218_manila-comunita-cattoliche-cinesi_it.html. Acesso em: 16 fev. 2006.

a China poderiam se resolver em breve. Durante uma coletiva de imprensa da qual ele participou antes de voltar à Itália, o Cardeal Casaroli expressou a disponibilidade do Vaticano em procurar uma solução para as condições apresentadas pelo governo chinês em vista de uma possível abertura das relações diplomáticas, isto é, a ruptura das relações diplomáticas com Taiwan por parte do Vaticano e o reconhecimento dos bispos nomeados por parte da Igreja Católica da China. A propósito do pedido de romper as relações diplomáticas com Taiwan, o Cardeal Casaroli demonstrou abertura para estudar o problema, afirmando poder encontrar, no meio diplomático, maneiras de resolver esta dificuldade. As ordenações episcopais realizadas no passado sem a explícita aprovação de Roma eram consideradas, válidas, segundo ele, por terem sido feitas por bispos consagrados por Roma. O cardeal Casaroli oferecera a todas as questões uma visão otimista e ao mesmo tempo realista das possíveis soluções.

Contudo, a estrada da reconciliação prospectava-se ainda muito longa e repleta de obstáculos.

3. A Igreja subterrânea foi criada pelo Vaticano?

No interior da China, onde a Igreja Oficial não havia conseguido obter consensos, ia se reforçando um movimento considerado clandestino pelo governo chinês, mas que na realidade era composto de todo o clero e católicos chineses que haviam se recusado a participar das estruturas da Igreja Oficial ligada à APCC. Mas quais eram os motivos que haviam levado milhares de católicos a decidir professar a sua fé clandestinamente, arriscando a prisão e as punições do governo?

Naquela época, depois dos longos anos obscuros da Revolução Cultural, as igrejas foram reabertas, os cultos católicos permitidos, o controle do governo parecia relaxar e até os sacerdotes e leigos católicos que haviam professado a sua fidelidade a Roma eram liberados. Não obstante estas concessões, os católicos continuavam a olhar desconfiados a abertura à religião. Pelas doloridas experiências vividas no passado, eles tinham certeza de que do governo não podia vir nada de bom para os católicos. Além do mais, como podiam confiar na Igreja Oficial se ela permitia a homens casados de continuar a exercer o próprio ministério sacerdotal e até episcopal contrariando as

normas da própria Igreja Católica? As acusações violentas contra o Vaticano reforçaram a convicção de que ainda não havia chegado a hora de manifestar-se publicamente. Contudo, tratava-se ainda de grupos isolados de católicos que se reuniam para rezar nas próprias casas, sob iniciativa privada, na maioria das vezes sem a liderança do clero, que somente nos primeiros anos da década de 80 começou a ser liberado da prisão.

Em 1980, no dia 14 de janeiro, foi liberado o bispo da diocese de Baoding, Fan Xueyan³. Baoding era uma das três dioceses - as outras eram Cantão e Xangai - constituídas nos anos 50 como os grandes e aparentemente invencíveis baluartes da fé católica.

Voltando à sua diocese, ele percebeu que nas remotas regiões da China a APCC não estava presente de forma tão intensa como nas grandes cidades e que ali não haviam sido atuadas as mesmas políticas de apoio aos cultos religiosos. Faltavam igrejas, mas, sobretudo, padres e bispos nos quais os católicos, temerosos de demonstrar abertamente a sua fé, pudessem confiar. Foi neste cenário que o bispo Fan Xueyan tomou a decisão de consagrar secretamente três sacerdotes como novos bispos. Como ele não poderia pedir autorização prévia à Santa Sé, as consagrações dos novos bispos que ele realizou estavam no mesmo nível das consagrações feitas pela Igreja Oficial e que, por falta de autorização papal, haviam sido consideradas ‘ilícitas’. Durante o ano de 1981, ele ordenou três bispos, dois da própria província do Hebei: Jia Zhiguo e Zhou Shangchuan e um da província do Gansu: Wang Milu.

Era um ato arriscado, se pensarmos nas declarações que no passado os papas haviam feito a propósito das consagrações dos bispos sem o consentimento da autoridade máxima (o papa). Ele poderia incorrer em uma condenação pública por parte da Santa Sé. Todavia, o que levou o bispo Fan Xueyan a realizar este ato foi um documento que havia sido emitido pela Congregação pela Evangelização dos Povos, poucos anos antes, exatamente em 1978. O documento, cujo título era “*Faculdades e Privilégios concedidos pela Sagrada Congregação da Evangelização dos Povos ao*

³ Fan Xueyan havia sido ordenado em Roma, em 1934. Em 1935 voltou à China e em 1951, o papa Pio XII o nomeou bispo. Em 1958 foi enviado em um campo de trabalho forçado por ter se demonstrado leal ao papa, onde passou 11 anos. Foi preso novamente em 1978 e liberado dois anos depois quando pôde voltar à sua diocese e retomar as suas funções como bispo de Baoding, na província do Hebei.

Clero e Católicos que vivem na China Continental”, foi concebido pensando nas graves condições em que viviam o clero e os católicos chineses e nas dificuldades que eles encontrariam na atuação do seu ministério. Por isso, o documento apresentava a lista de todas as concessões em termos de atividades pastorais, que reduziam ao mínimo as obrigações formais de celebração dos vários sacramentos, dos ritos litúrgicos, etc. Mas a concessão mais importante, sobre a qual baseou-se também a proliferação do clero da Igreja clandestina, foi aquela relativa às ordens sagradas.

Esta abertura da Santa Sé certamente deu a confiança necessária para que o bispo Fan Xueyan tivesse certeza que a motivação do seu ato iria receber a compreensão da Santa Sé. De fato, após a consagração dos três bispos, ele conseguiu fazer chegar a Roma o seu pedido de aprovação expondo ao papa a situação da sua diocese.

E o papa João Paulo II deu a sua aprovação, enviando-lhe uma carta na qual expressava o seu total apoio: “Caro Irmão Joseph, a sua ação foi em completo acordo com a minha vontade. Concedo-lhe a bênção da Santa Sé e especiais faculdades que lhe permitirão decidir o curso correto de ação em todas as questões após as quais poderá me informar.” (JOÃO PAULO II apud LAM, 2004).

Esta aprovação total por parte do Papa João Paulo II, com a concessão de faculdades especiais que lhe dariam daquele momento em diante a liberdade de consagrar quantos bispos julgasse oportuno, colocaria as bases para o surgimento de uma verdadeira estrutura da Igreja não-oficial ou subterrânea, como foi por muitos chamada. Mas por que a Santa Sé aprovou as consagrações realizadas por Fan Xueyan, sem o seu prévio consenso, e não aprovou, ao contrário, até condenou as consagrações de dois bispos em 1958, que repetidamente invocaram a aprovação da Santa Sé?

As motivações de então eram aparentemente as mesmas, ou seja, a falta de bispos e as sedes vacantes. Todavia, diferentes eram os interlocutores da Santa Sé. Os bispos de 1958 eram bispos patrióticos que haviam aderido, de certa forma, ao programa do governo comunista. O bispo Fan Xueyan, ao contrário, havia sido condenado pela sua aberta confissão de lealdade ao sucessor de Pedro. Além do mais, a visão da Santa Sé em relação à China e ao mundo em geral mudara. Pio XII era inflexivelmente anticomunista, não aprovava nenhum tipo de diálogo com governos

comunistas e com quem aceitasse compromissos com eles. A autoridade do papa era intocável assim como as competências e os poderes a ele atribuídos. O papa João Paulo II, mesmo opondo-se aos regimes totalitários, era aberto ao diálogo, em sintonia com o modelo de política externa adotada pelo Vaticano e além do mais, ele aplicara à China a mesma metodologia que ele aplicara à sua terra natal, a Polônia e aos países vizinhos onde como bispo ajudou a criar uma rede clandestina de bispos consagrados por Woytjla, que se espalharam em terras comunistas.

Todavia, na China, a aprovação total de João Paulo II em relação à linha de ação do bispo Fan Xueyan, transformou-se em seguida numa faca de dois gumes.

Se de um lado, facilitou o ministério do clero nas regiões mais internas da China, que tinham sido negligenciadas pela APCC, de outro colocou as bases para a estruturação da Igreja subterrânea e, conseqüentemente, favoreceu indiretamente a separação entre a Igreja oficial ou patriótica e a Igreja não-oficial ou escondida, subterrânea.⁴

De fato, depois da aprovação da Santa Sé as consagrações de bispos que se opunham à Associação Patriótica se multiplicaram⁵, como se multiplicaram também a ordenação de numerosos padres que não possuíam formação teológica suficiente para desenvolver de maneira competente seu ministério.

As faculdades especiais concedidas em 1978 reiteravam que os bispos podiam escolher os candidatos ao sacerdócio entre os homens de comprovada virtude e lealdade ao sucessor de Pedro, mesmo não possuindo uma formação teológica adequada. O fenômeno espalhou-se por todo território nacional, dado que o decreto afirmava que estas faculdades especiais podiam ser usadas sem nenhuma restrição geográfica superando, se houvesse necessidade, os confins da própria diocese, o que gerou conflitos entre a Igreja patriótica e a Igreja *dixia* (subterrânea, escondida).

O bispo Fan Xueyan foi preso de novo, em 1983, acusado de promover atividades clandestinas.

⁴ A distinção entre Igreja oficial e Igreja subterrânea não era uma distinção doutrinária, mas uma distinção política imposta pelas circunstâncias.

⁵ Calcula-se que até 1993 foram consagrados secretamente cerca de 80 bispos.

Para o governo chinês toda a Igreja subterrânea era considerada uma estrutura clandestina ligada a um poder estrangeiro, o Vaticano, que, segundo ele, visava, por meio destas estruturas, interferir na soberania chinesa.

Não obstante os riscos que comportava pertencer à Igreja subterrânea, as suas comunidades eram vivas, como resulta dos relatos daqueles que entravam em contato com elas.

Sendo uma organização secreta, era muito difícil entrar em contato com os seus componentes. O medo de ser traídos fazia com que ninguém tentasse conhecer os componentes das outras comunidades espalhadas no país.

Para o próprio governo chinês era difícil manter sob controle estas comunidades. Ele tentava frear o crescimento da Igreja escondida por meio do fortalecimento dos órgãos governamentais encarregados de controlar a atividade clandestina da Igreja Católica na China: a Associação Patriótica, o Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa e a Conferência dos Bispos Católicos Chineses que escolheram seguir as orientações do governo comunista.

4. A Santa Sé e a divisão interna da Igreja Católica na China

A comunidade subterrânea havia se tornado uma realidade que não podia mais ser subestimada. Se, por um lado, ela garantia a fidelidade de uma parte do clero e dos católicos chineses à Santa Sé, sublinhando o primado do papa, considerado pelo Vaticano como elemento essencial do ser católico, de outro constituía um obstáculo não indiferente ao restabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Vaticano.

A Santa Sé era constantemente interpelada pelas duas realidades da Igreja Católica na China. O clero aprovado pelo governo pedia que a Igreja de Roma retomasse as relações com o governo chinês, para uma definitiva normalização da vida religiosa. De outro lado, o grupo subterrâneo ou *dixia* – em chinês - pedia que o Vaticano não o abandonasse, que não reconhecesse a legitimidade do clero que agia com a aprovação do governo, que não esquecesse os sofrimentos deles. Por isso, eles exigiam diretrizes claras por parte da Santa Sé.

No mês de setembro de 1988, começou a circular na China um documento

emitido pela Santa Sé, que alguns viram como a resposta a tal pedido. Ele apresentava, em oito pontos, as diretrizes vaticanas sobre a situação da Igreja Católica na China. As diretrizes foram apresentadas por meio de uma carta dirigida a todos os bispos do mundo escrita pelo cardeal Tomko, prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos. Nela explicava-se o porquê daquelas diretrizes e apresentava-se um resumo para que se pudesse melhor compreender a situação da Igreja Católica na China.

Na carta dirigida aos bispos, era sublinhada, em vários pontos, a complexidade da situação da Igreja Católica na China indicando a existência na Igreja oficial de um grupo promotor de um caminho intermediário de padres e bispos que “conservavam nos seus corações como irrenunciáveis as suas ligações de comunhão com o Santo Padre, assim como aceitavam a política religiosa imposta pelas autoridades”, esclarecimento este que deixava entender que os contatos com a Igreja oficial seriam úteis e apropriados, mesmo se “devia-se ter cuidado para evitar atitudes que poderiam ofender a sensibilidade da ‘silenciosa’ maioria daqueles católicos que sofreram e estão sofrendo pela sua fidelidade ao Santo Padre”.

Com efeito, a Santa Sé havia percebido que os representantes da Igreja oficial da China procuravam legitimação por meio das visitas ao exterior e dos contatos com as Igrejas locais e o reconhecimento por parte da Santa Sé que colocasse fim à existência na China de duas Igrejas, uma oficial e uma subterrânea, reivindicando para ela o papel de única Igreja Católica legítima na China.

De fato, o Card. Tomko afirmou: “É necessário também evitar que as visitas em questão não se tornem instrumentais para obter o reconhecimento e a legitimidade de uma posição que em nenhum caso pode ser aceitável em nível doutrinal e em nível disciplinar ou canônico”.

De outro lado, no documento que apresentava as diretrizes, a Santa Sé, percebendo as dificuldades dos católicos chineses em identificar os padres ou bispos que mantinham uma comunhão plena com o Santo Padre, mitigou a sua posição concedendo que eles pudessem, na impossibilidade de receber os sacramentos de padres fiéis, se dirigir a outros padres.

Permitiu também que os seminaristas da comunidade subterrânea pudessem

freqüentar os seminários patrióticos na impossibilidade de receber uma formação adequada.

Esta abertura deve ser entendida no âmbito de uma polêmica que estava se difundindo entre a Igreja patriótica e a Igreja subterrânea. Lembramos que no início dos anos 80, a Santa Sé havia concedido especiais poderes ao clero chinês pertencente ao grupo clandestino para auxiliá-lo nas atividades pastorais. Entre estes, estava a faculdade de ordenar sacerdotes mesmo se os candidatos não possuíssem a adequada preparação teológica. O importante, para a Santa Sé, era que estivessem firmes na fé e na lealdade ao sucessor de Pedro e que fossem homens de renomada virtude, desejosos de observar o celibato.

O desejo de espalhar na China numerosos sacerdotes fiéis ao papa gerou um fenômeno de multiplicação de padres, que receberam a missão de difundir a importância da fidelidade à Santa Sé, mas que não possuíam o conhecimento teológico e pastoral necessário que lhes dessem os instrumentos adequados para enfrentar uma situação tão complexa como era aquela chinesa. Frequentemente eles assumiam posições tão intransigentes em relação aos padres e aos bispos da Igreja patriótica que, ao invés de difundir os ensinamentos do Evangelho, faziam-se portadores de divisões e de acusações contra aqueles que haviam aderido à Associação Patriótica.

Quando o fenômeno se agravou, a Santa Sé percebeu que deveria fazer alguma coisa para evitar que esta situação continuasse. A partir deste contexto, podem ser compreendidas as normas acerca da formação dos novos padres, formuladas com o objetivo de conter e corrigir uma situação que havia sido criada com a contribuição do próprio Vaticano.

5. A reforma da Igreja patriótica

A grave situação de divisão da Igreja Católica na China levou o papa João Paulo II a lançar um apelo de reconciliação e de unidade a todos os membros da Igreja Católica chinesa em ocasião da visita *ad limina* dos bispos de Taiwan, no final de 1990.

Depois de mostrar satisfação pelas boas notícias trazidas pelos bispos a respeito da reabertura de igrejas, seminários e institutos de formação, ele quis lembrar também

as dificuldades existentes, reconhecendo a longa estrada a ser ainda percorrida antes que a comunidade chinesa chegasse um dia a expressar livremente e abertamente a sua fé.

Ciente dos problemas de divisão interna da Igreja Católica na China lançou um apelo à unidade, dirigido a todos os católicos chineses, pertencentes à Igreja oficial ou subterrânea. João Paulo II apresentou como condições necessárias ao alcance da esperada reconciliação, a compreensão, a boa vontade e o perdão, atitudes esperadas de ambas as partes envolvidas na controvérsia.⁶

A maioria dos bispos pertencentes à comunidade patriótica procurou, neste período, retomar as rédeas da Igreja Católica na China.

Como vimos precedentemente, os grupos clandestinos queixavam-se repetidamente da intromissão do governo nos assuntos da Igreja Católica, por meio da APCC, considerada um órgão governativo.

A criação da Conferência Episcopal dos bispos aprovados pelo governo, em 1980, despertou, no âmbito católico, a esperança de que a Igreja Católica pudesse voltar a ter uma sua própria autonomia, sendo guiada pelos seus representantes e não por agentes governativos.

De fato, notaram-se nos anos sucessivos alguns melhoramentos, que se concretizaram, como vimos, na reabertura de igrejas, no florescimento de seminários, casas de formação para religiosos e religiosas, nas viagens de delegações católicas fora da China, etc. Contudo, a tão esperada autonomia da Conferência Episcopal demorou a se concretizar. Basta pensar que a Conferência dos Bispos Católicos Chineses recebeu a sua Constituição somente 12 anos após seu nascimento.

Em 1992, de 9 a 15 de setembro, aconteceu em Pequim o V Congresso Nacional dos Representantes Católicos. Participaram do congresso 272 delegados vindos de 30 províncias, municípios e regiões autônomas.⁷ O Congresso discutiu e aprovou significativas mudanças em relação à organização dos três organismos católicos: a

⁶ JOÃO PAULO II. Discurso del Santo Padre in occasione della Visita ad limina dei Vescovi di Taiwan, 15 dicembre 1990. In: INSTITUTE OF CATHOLIC HISTORY FU-JEN CATHOLIC UNIVERSITY. *A collection of documents on the history of the 60 years of Sino-Vatican diplomatic relations*. Taipei (Taiwan): 2002, p. 191-193.

⁷ UCANEWS, 21 de setembro de 1992.

Associação Patriótica Católica Chinesa, a Conferência dos Bispos Católicos Chineses e o Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa. A primeira mudança foi a nova Constituição da Conferência dos Bispos Católicos Chineses, que colocou a Conferência na liderança do mundo católico chinês.⁸ O reconhecimento desta liderança encontrava-se estabelecido no artigo 2 da nova Constituição.

De um lado, o artigo trazia a importante novidade da obtenção da posição de liderança por parte de um organismo integralmente católico para a organização da Igreja Católica na China e, de outro, reiterava pontos polêmicos, como a eleição e ordenação de bispos, e os três princípios de independência, auto-governo e auto-administração.

Os observadores estrangeiros da Igreja Católica na China ficaram com opiniões divididas diante dos resultados do V Congresso. Era positivo o fato de que a Igreja Católica da China saía do Congresso mais forte na sua identidade, mais autônoma dos laços governativos, mesmo se a APCC continuava de seu lado. Além disso, pela primeira vez desde os anos 50, o presidente da Conferência Episcopal, o bispo Zong Huaide, afirmou publicamente que todos os bispos reconheciam o primado de Pedro e do Santo Padre, como seu líder espiritual, e garantiu que os bispos, padres e católicos chineses rezavam por ele todos os dias (LAM, 2004). Tal reconhecimento representava um passo avante nas relações com a Santa Sé, que havia indicado, em diversas ocasiões, a comunhão plena com o papa como uma das condições necessárias para ser considerado verdadeiramente católico.

A Conferência também anunciou que a partir daquele momento os seminários poderiam convidar professores estrangeiros a fazer parte da própria equipe de docentes e que alguns seminaristas poderiam realizar seus estudos no exterior (LAM, 2004).

Além disso, o Comitê Administrativo da Igreja Católica, que até então havia sido superior hierarquicamente à Conferência, passava a ser subordinado a ela, enquanto a APCC, que anteriormente era superior a todos os três organismos católicos, passara a ocupar o mesmo nível que a Conferência dos Bispos.

Durante o V Congresso, também a Associação Patriótica Católica Chinesa

⁸ Antes da Constituição ser aprovada, a Conferência dos Bispos Católicos Chineses estava prevista somente por meio no art. 7 da constituição do Comitê Administrativo da Igreja Católica Chinesa.

passou por uma reformulação dos seus objetivos e de suas tarefas. A sua posição no âmbito católico foi redimensionada, devido ao fato de que a maioria dos católicos - clérigos e leigos - não reconhecia a APCC como órgão de liderança para os assuntos da Igreja Católica, principalmente pelas atitudes dos seus funcionários, geralmente ateus e, portanto, sem competência adequada para tratar de assuntos religiosos.

A APCC, portanto, permaneceu principalmente como ponte entre o Governo e a Igreja Católica liderada pela Conferência Episcopal que representaria oficialmente a Igreja Católica da China fora do país. Contudo, a possibilidade auspiciada – por muitos observadores - da Conferência Episcopal da China se tornar a partir daquele momento o interlocutor direto com a Santa Sé não se concretizou. O governo chinês não tinha nenhuma intenção de deixar carta-branca aos bispos católicos chineses nas suas relações com o exterior, que permaneceram sob o controle do Partido Comunista.

6. João Paulo II tenta mais uma vez a reaproximação com a China

A visita do Cardeal Roger Etchegaray, o então presidente do Pontifício Conselho de Justiça e Paz, marcou uma ulterior etapa no diálogo entre a Santa Sé e o governo chinês. O fato de que, pela primeira vez, um cardeal da Cúria Romana - e não um representante de uma Igreja local, como havia se verificado anteriormente – tivesse sido convidado oficialmente pelo governo para uma visita à China representava um sinal de distensão. O Cardeal havia sido convidado para assistir à VII edição dos Jogos Nacionais na cidade de Pequim. Obviamente o interesse do cardeal Etchegaray era outro. Alguns estudiosos avançaram a hipótese de que o objetivo da visita seria estudar as condições de um possível concordado entre a Santa Sé e a China, dados os melhoramentos da situação geral da Igreja Católica na China onde a Conferência Episcopal assumira um papel de liderança no âmbito católico.

A Igreja patriótica, em 1993, contava com 72 bispos reconhecidos pelo governo, cerca de 1000 padres, 2000 freiras e 4 milhões de católicos distribuídos em 113 dioceses.⁹

Além disso, o governo chinês decidiu, naquele ano, enviar ao Vaticano outro

⁹ UCANEWS, 23 de dezembro de 1993.

sinal positivo, soltando das prisões cerca de 20 bispos, padres e leigos.¹⁰

A comunidade subterrânea reclamava do Vaticano uma maior atenção e uma ação mais decidida para o bem dos católicos chineses. As notícias otimistas que circulavam em toda a China, acerca de um possível estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e a Santa Sé, assustaram os bispos subterrâneos, que temeram perder o próprio status e serem abandonados pela Igreja de Roma. Eles decidiram então escrever uma carta, sob a forma de um documento dirigido ao Vaticano, com o intuito de manifestar as suas apreensões em vista de uma possível retomada das relações da Santa Sé com o governo comunista.

A resposta de Roma chegou pouco tempo depois. O papa João Paulo II enviou uma mensagem ao povo chinês por meio de uma carta dirigida ao Cardeal Josef Tomko, Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos que estava visitando Taiwan onde renovava sua estima por todos os católicos chineses, lembrando, em particular, aqueles católicos que haviam até então permanecido fiéis à Igreja de Roma.

O papa João Paulo II enviava aos bispos clandestinos uma mensagem tranquilizadora, afirmando que não esquecera os que permaneceram fiéis à Igreja de Roma e que somente aqueles que aceitavam a comunhão com Pedro poderiam ser considerados verdadeiros católicos.

No ano seguinte, o governo chinês permitiu que uma delegação de católicos chineses participasse da celebração da Jornada Mundial da Juventude, prevista para janeiro de 1995, em Manila, nas Filipinas, evento que contaria com a presença de João Paulo II.

A participação pela primeira vez dos membros da Igreja patriótica num evento significativo da Igreja Católica mundial foi interpretada como um fato histórico que marcaria uma etapa importante nas relações entre a Santa Sé e a China. Eles encontrariam o papa pela primeira vez depois da ruptura das relações diplomáticas com a Santa Sé.

7. O caso da canonização dos 120 mártires

¹⁰ UCANEWS, 29 de dezembro de 1993.

No ano de 2000, o papa João Paulo II decidiu, como ulterior sinal de reconciliação para com a China, canonizar 120 mártires chineses. Contudo, vários fatores contribuíram para que tal gesto revelasse-se um insucesso para a esperada reaproximação. A Santa Sé havia programado para o dia 1 de outubro de 2000 a canonização de 120 mártires chineses, cristãos e missionários mortos durante o período de 1648 a 1930. Líderes da Conferência Episcopal Chinesa avisaram o Cardeal Etchegaray da necessidade de adiar a cerimônia de canonização, pois eles, como representantes da Igreja Católica na China, não haviam sido consultados a respeito, como o procedimento normal teria requerido. Outra questão apresentada era a escolha da data. No dia 1 de outubro recorria o aniversário da República Popular da China. A escolha desta data por parte da Santa Sé seria considerada pelo governo chinês como desconsideração pelo país, já que alguns dos mártires chineses haviam sido mortos durante o período de combate aos imperialistas. Segundo eles, o evento se tingiria de tintas políticas, além das religiosas, ofendendo a própria República surgida das cinzas do colonialismo e do imperialismo. A história de 1800 e 1900 havia sido interpretada pelos historiadores oficiais da República como um período de lutas corretas, incluída a insurreição dos Boxer, nas mãos dos quais muitos cristãos foram mortos.

O Cardeal Etchegaray, então presidente do Comitê Central pra o grande Jubileu de 2000, onde a celebração das canonizações estava inserida, tentou esclarecer que a escolha de 1º de outubro havia sido feita pensando em Santa Teresa de Lisieux, padroeira das missões, cuja festa acontecia naquele dia. Portanto, não havia nenhum desejo de provocação por parte da Santa Sé (SANTINI, 2003).

Os líderes da APCC uniram-se aos protestos do governo chinês, sublinhando que alguns dos que seriam canonizados morreram durante a Controvérsia dos Ritos (1645-1742), provocada pela posição errada por parte da Santa Sé naquele período.

Na tentativa de conter tal inesperada reação por parte do governo chinês, a Santa Sé procurou colocar em relevo a natureza exclusivamente religiosa do evento. O seu porta-voz apressou-se em declarar que para interpretar corretamente a canonização dos 120 mártires chineses, deveriam ser aplicados parâmetros estritamente religiosos. O Papa João Paulo II estava decidido a canonizar os 87 mártires chineses e os 33

missionários da Bélgica, França, Itália, Holanda e Espanha, martirizados durante o período de 1648 a 1930.

No dia da canonização, o Papa sublinhou a importância de não politizar um evento que a Igreja Católica considerava exclusivamente religioso, mesmo tendo ciência das implicações políticas que seriam identificadas no evento.

Na China, muitos católicos haviam preparado celebrações para o dia da canonização, mas o governo chinês organizou severa vigilância em todo o país para evitar qualquer tipo de celebração, peregrinação, de conferência que os fiéis tivessem preparado para a ocasião. Nas missas daquele dia os oficiais do governo vigiaram para que ninguém fizesse qualquer aceno à canonização (CERVELLERA, 2003).

Uma ulterior declaração do Ministro de Assuntos Exteriores da China confirmou que o governo chinês havia iniciado uma espécie de cruzada contra as canonizações dos mártires chineses.

Segundo a nova declaração oficial, alguns dos missionários estrangeiros foram perpetradores ou cúmplices da invasão colonialista e imperialista da China, estuprando, saqueando e cometendo outros imperdoáveis crimes contra o povo chinês (SANTINI, 2003).

Diante dos protestos chineses, João Paulo II tentou um contato pessoal com o então presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, escrevendo-lhe uma carta na qual explicou as boas intenções que o levaram a manter a canonização dos mártires chineses.

O governo chinês continuou difundindo por algum tempo as suas críticas ao Vaticano pela decisão de canonizar os leigos chineses e os missionários estrangeiros que haviam trabalhado na China.

8. As desculpas do Papa à China

Passado um ano dos difíceis eventos que envolveram a cerimônia da canonização dos mártires chineses, o clima entre a China e a Santa Sé tornou-se mais calmo.

Uma declaração por parte do Departamento de Assuntos Religiosos definiu a

controvérsia da canonização como uma questão do passado¹¹, deixando espaço ao Vaticano para tomar iniciativas de retomada dos contatos.

Ocasão favorável foi a comemoração do 400º aniversário da chegada a Pequim de Matteo Ricci.

Durante a conferência internacional, realizada na Universidade Gregoriana de Roma, organizada para a ocasião, João Paulo II escreveu uma significativa mensagem ao povo chinês. Nela o Papa oferecia à China um formal pedido de desculpas em nome de todos os missionários ocidentais que viveram na China desde os primeiros tempos da evangelização. Após ter lembrado a importância de Matteo Ricci na história da evangelização da China e, junto com ele, a contribuição de outros missionários, ele abordou o tema das críticas feitas pelo governo chinês aos missionários ocidentais.

Ele sublinhou a disponibilidade da Igreja em encontrar a verdade dos fatos históricos sem ter medo de admitir os erros praticados pelos próprios missionários.

Retomando as palavras de Matteo Ricci sobre a amizade, o Papa ofereceu às autoridades chinesas a ocasião de retomar o diálogo.

E finalmente, fazendo um paralelo entre a Igreja Católica e a China, o Papa dirigiu-se diretamente às autoridades chinesas pedindo a retomada do diálogo em vista da normalização das relações entre elas.

A China e a Igreja Católica, sob aspectos sem dúvida diferentes, mas de modo algum contrapostos, são historicamente duas das mais antigas instituições no mundo: ambas, mesmo se em âmbitos diferentes, político-social uma, e religioso-espiritual a outra, contam mais de um bilhão de filhos e filhas. Não é um mistério para ninguém que a Santa Sé, em nome de toda a Igreja Católica e penso em benefício de toda a humanidade, deseja a abertura de um espaço de diálogo com as Autoridades da República Popular da China, no qual, ultrapassadas as incompreensões do passado, se possa trabalhar em conjunto para o bem do povo chinês e para a paz no mundo. O atual momento de profunda agitação da comunidade internacional exige da parte de todos um empenho apaixonado para favorecer a criação e o desenvolvimento de vínculos de simpatia, amizade e solidariedade entre os povos. Neste contexto, a normalização das relações entre a República Popular da China e a Santa Sé teria indubitavelmente repercussões positivas para o

¹¹ UCANEWS, 15 setembro de 2001.

caminho da humanidade.¹²

O pedido formal de desculpas por parte da Santa Sé foi considerado, pela opinião pública internacional e pelo clero chinês, um ato elogiável, que demonstrou coragem e sinceridade por parte de João Paulo II para a retomada do diálogo com a China.

Todavia, este ato não foi suficiente para convencer as autoridades de Pequim. Entrevistado por um jornalista italiano sobre a mensagem do Papa, o ministro de Assuntos Exteriores da China, Tang Jiaxuan, respondeu que o pedido de perdão do Papa não era suficiente, pois ele não havia se desculpado pela canonização do dia 1 de outubro. Mesmo se o governo chinês considerasse o pedido de perdão do Papa como um gesto positivo, faltaria ainda o pedido de desculpas pela canonização de 2000.¹³

Esta atitude de intransigência por parte do governo de Pequim mostrou mais uma vez que a normalização das relações entre a China e a Santa Sé estava muito longe de ser alcançada. Se, de um lado, a Santa Sé não perdia ocasião de estabelecer um contato oficial ou extra-oficial com Pequim, mesmo cometendo erros de abordagem em relação à cultura e à sensibilidade chinesa, de outro era perceptível o fato do governo de Pequim e das autoridades máximas da APCC não estarem prontos a negociar com a Santa Sé e usarem o pretexto da canonização como ulterior obstáculo ao início das negociações.

De fato, alguns meses antes a Igreja Ortodoxa havia canonizado 222 mártires mortos em Pequim durante a revolta Boxer, e o governo de Pequim não havia tido a mínima reação negativa. Então, pode se deduzir disso que o problema não estava na canonização, mas em quem realizava tal canonização.

Chegar a um acordo com a Santa Sé significaria perda de poder por parte primeiramente da APCC, cuja existência não teria mais razão de ser: ela exercia o controle absoluto sobre os grupos religiosos católicos, além de autorizar ou não que os bispos e o clero tivessem relações com a Santa Sé e vice-versa. E isto num período no

¹² JOÃO PAULO II. *Mensagem por ocasião do IV centenário da chegada do Padre Matteo Ricci a Pequim, 24 de outubro de 2001*, op. cit.

¹³ LA STAMPA, 24 de novembro de 2001 apud UCANEWS, 27 de novembro de 2001.

qual estava se preparando a passagem de poderes entre a terceira geração (aquela de Jiang Zemin) e a quarta geração política, de Hu Jintao.

A normalização seria demais para a China, que se serviu dos eventos religiosos organizados pela Santa Sé como pretexto para adiar o momento das negociações.

8. Conclusões

Os acontecimentos que marcaram, nos últimos anos, o congelamento das relações entre a China e a Santa Sé foram acompanhados por um Papa já enfraquecido pela doença e pela idade. A sua saúde agravou-se no mês de fevereiro de 2005. Em março, tentou pela última vez se comunicar com a multidão que se reunira na Praça São Pedro para seguir de perto João Paulo II, mas não conseguiu. O mundo inteiro seguiu atentamente os seus últimos dias.

Faleceu no dia 2 de abril de 2005. As mensagens de pêsames chegaram ao Vaticano do mundo inteiro. Pela primeira vez o governo da República Popular da China manifestou-se a respeito. Ao tomar conhecimento da morte do Papa, o Ministro de Assuntos Exteriores publicou no jornal governativo “O cotidiano do Povo” uma nota de pêsames pela morte de João Paulo II. O seu porta-voz manifestou apreço pelas declarações que João Paulo II havia feito no passado, especialmente pelo pedido de perdão feito em 2001. Também dessa vez, o governo chinês não perdeu a ocasião de lembrar as duas condições necessárias para a normalização das relações entre a China e a Santa Sé.¹⁴

A APCC e a Conferência dos Bispos Católicos Chineses enviaram conjuntamente um telegrama ao Colégio dos Cardeais junto à Santa Sé. Representando os católicos chineses, eles expressaram a dor pela morte do Papa, considerando-a uma grande perda para a Igreja de Roma e do mundo inteiro.¹⁵

Todos os jornais da China deram a notícia da morte do Papa lembrando, sobretudo do significativo gesto de 2001, quando havia pedido desculpas ao povo

¹⁴ HEYNDRIKX, Jeroom. John Paul II, the Pope of dialogue and “Unfinished Encounter” with the RPC. *Tripod* 2005- Summer 2005, vol. 25, Nº. 137. Disponível em: http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137_E04.htm. Acesso em: 10 out. 2005.

¹⁵ UCANEWS, 5 de abril de 2005.

chinês.

As celebrações que foram feitas na China pela morte de João Paulo II foram consideradas ocasiões para melhorar a união entre as comunidades católicas oficiais e subterrâneas, que se encontraram lado a lado na celebração das missas ou nas orações organizadas nas igrejas em todo território chinês, com a autorização do governo chinês (HENDRICKX, 2005).

No funeral de João Paulo II, do qual participaram numerosos chefes de Estado, a China Popular não se fez presente. O motivo era o de sempre: a ausência de relações diplomáticas impedia a participação de representantes do governo de Pequim no funeral do Papa.¹⁶

O presidente de Taiwan, porém, não perdeu a ocasião e participou do funeral em Roma, sendo o primeiro presidente de Taiwan a visitar o Vaticano desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a Santa Sé, em 1942. Pequim logo se deu conta de ter oferecido uma chance ao presidente de Taiwan para usar politicamente a sua presença ao lado dos chefes de vários países do mundo.

O papado de João Paulo II concluiu-se sem que ele conseguisse realizar o sonho de visitar a China. Não obstante ele tivesse feito de tudo para facilitar as relações com o governo comunista, seus esforços não foram suficientes para convencer as autoridades de Pequim que o desejo da Santa Sé era sincero e não escondia segundas intenções.

O governo chinês sempre considerou João Paulo II uma ameaça ao poder político do governo comunista (MAHEU, 1999). As autoridades de Pequim seguiram atentamente a queda dos governos do Leste Europeu, onde a liderança do Papa fora determinante. Ao saber da morte dele, o governo chinês, nas declarações oficiais que emitiu à imprensa, manifestou a esperança que sob a liderança de um novo papa poderiam ser criadas condições favoráveis para a retomada das relações entre a China e o Vaticano.¹⁷

¹⁶ UCANEWS, 7 de abril de 2005.

¹⁷ UCANEWS, 5 de abril de 2005.

REFERÊNCIAS

- AMBROSI, Angelica. *I rapporti diplomatici tra la Santa Sede e la Cina dal 1850 al 1951*. Roma: Lateran University Press, 2003.
- CARLETTI, Anna. *Storia dei Lazzaristi a Pechino dal 1776 al 1951*. Tese de Láurea em Línguas e Civilizações Orientais – Università degli Studi di Roma “La Sapienza”. Roma, 1996.
- CERVELLERA, Bernardo. *Missione Cina: viaggio nell’Impero tra mercato e repressione*. Milão: Ed. Àncora, 2003.
- CRIVELLER, Gianni. Pope John Paul II and China. *Tripod* 2005 Summer Vol. 25 N° 137. Disponível em: http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137_E02.htm. Acesso em: 4 out. 2005.
- HEYNDRICKX, Jeroom. John Paul II, the Pope of dialogue and “Unfinished Encounter” with the RPC. *Tripod* - Summer 2005, vol. 25, N°. 137. Disponível em: http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T137/T137_E04.htm. Acesso em: 10 out. 2005.
- _____. Christianity in China is growing to a new level of maturity. *21th National Catholic China Conference Growth of Christianity in China: Reality, Challenges and Opportunity. June de 2005 – Seattle University, Seattle Washington*. Disponível em: http://www.usccb.net/conference/conference21/Paper_Heyndrickx16Jun05.pdf. Acesso em: 23 fev. 2006.
- _____. An Obstacle to Reconciliation in the Chinese Church. *Tripod* – Summer 2003, vol. XXIII, n°. 129, p. 14-25.
- LAM, Anthony. Recent Changes in China’s Religious Policy. *Tripod* – Spring 2002. Vol. 22, N. 124. Disponível em: http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T124/T124_E06.htm. Acesso em: 20 jun. 2004.
- _____. A commentary on the Regulations on Religious Affairs. *Tripod* - Spring 2005, vol. 25, N°. 136. Disponível em: http://www.hsstudyc.org.hk/Webpage/Tripod/T136/T136_E03.htm. Acesso em: 10 out. 2005.
- LAURENTIN, René. *Cina e Cristianesimo, al di lá delle occasioni mancate*. Roma: Città Nuova, 1981.

- LAZZAROTTO, Angelo. *La Chiesa cattolica in Cina: la “politica di liberta religiosa” dopo Mao*. Milão: Jaca Book, 1982.
- LEBEC, Eric. *História secreta da diplomacia vaticana*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.
- LEUNG, Beatrice. *Sino-Vatican relations. Problems in conflicting authority 1976-1986*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- MAHEU, Betty Ann. Three events for remembrance. *Tripod*. Vol. XIX – N. 113. Setembro-Outubro, 1999, p. 31-50.
- _____. The Catholic Church in China: Journal of faith, an Update on the Catholic Church in China, 2005. *América*. New York: Nov. 7, 2005. Vol. 193, ISS. 14, p. 6-8.
- MASSON, Michel. Lês rapports entre la Saint Siège et la Chine: un dialogue non abouti. *Revue d’études comparatives Est-Ouest*, 2001, vol. 32, n. 1°, p. 55-84.
- SANTINI, Alceste. *Cina e Vaticano: dallo scontro al dialogo*. Roma: Editori Riuniti, 2003.

Recebido em 27 de maio de 2011. Aprovado em 15 de junho de 2011.

RESUMO

Objetivo desse artigo é examinar as principais etapas do pontificado de João Paulo II em relação à República Popular da China, procurando evidenciar as circunstâncias históricas e políticas que não permitiram a aproximação entre a Santa Sé e a Igreja Católica esperada por João Paulo II.

PALAVRAS-CHAVE

China; Santa Sé; Diplomacia.

ABSTRACT

This article aims to analyse the main steps of the international relations between Holy See and People's Republic of China, during the Pope John Paul II's pontificate, seeking to highlight the historical and political circumstances that so far have hindered the re-establishment of the diplomatic relations between China and the Holy See, as John Paul II desired.

KEYWORDS

China; Diplomacy; Holy See.